

“Mar, nos tradison”¹

*Maria Isabel Lemos*²

IELT | CRIA -NOVA FCSH

Numerosas são as perspectivas críticas acerca dos limites, significados e “modos de fazer” relativos ao património cultural e à semântica que o envolve. Para além da ressignificação do conceito, as últimas décadas foram palco do engendramento de um regime político internacional de salvaguarda e da setorização das práticas que o governam, episódios que se traduzem no alastramento da semântica patrimonial pelo globo e por múltiplas camadas sociais, assim como na multiplicação

¹ “Tradison di tera” foi o termo adotado pelo Instituto do Património Cultural de Cabo Verde como tradução para o conceito de “património cultural imaterial” em língua cabo-verdiana. “Nos tradison”, por sua vez, foi uma expressão utilizada por diferentes interlocutores cabo-verdianos para referirem-se a práticas e símbolos culturais. O termo é por mim traduzido como “nossas tradições”. Este trabalho insere-se na investigação doutoral financiada pela FCT, de referência DOI 10.54499/PD/BD/151350/2021.

² Maria Isabel Lemos é antropóloga e focaliza sua investigação em Práticas e Políticas da Cultura no âmbito das Tradições Orais, do Património Cultural Imaterial e da Literatura. É doutoranda integrada no Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT), no Centro e Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) e participa no Working Group “Narrative Cultures” (SIEF). Cursa o programa doutoral Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia (ISCTE-IUL). Desenvolveu projeto de investigação em Cabo Verde e outros em parceria com o Instituto do Património Cultural local.

de documentos internacionais vinculativos como, por exemplo, a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003) e a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático* (UNESCO, 2001). Não obstante a complexificação do conceito, contudo, as variadas categorias de patrimônio cultural permanecem indissociáveis das nuances discursivas e políticas que dão corpo a narrativas identitárias e memoriais de diferentes grupos, marcando relações de poder e agencialidade. Em sua dimensão simbólica, a semântica patrimonial ressignifica componentes da retórica identitária, conferindo uma dimensão meta-cultural ao processo valorativo que Kirshenblatt-Gimblett (2004: 58-59) conceitua como uma “segunda vida”: a patrimonialização acentua elementos de identificação extremamente localizados ao passo que os internacionaliza por meio de listas, dossiês e agendas político-econômicas assentes no ideário da salvaguarda. Atores centrais a este regime internacional, os Estados-Nação ocupam corriqueiro *locus* medular na criação e seleção de símbolos e patrimônios a serem identificados e salvaguardados, em uma complexa gestão que combina regulamentos internacionais, expectativas e demandas comunitárias e sociais e posicionamento geopolítico (Schreiber, 2017: 46). Não surpreende, portanto, que o patrimônio cultural desponte como vantajosa ferramenta de inserção político-econômica, principalmente para países de alcance periférico no sistema internacional, caso do arquipélago de Cabo Verde.

Ocupadas e exploradas pela coroa portuguesa por mais de quatro séculos, as dez ilhas vulcânicas localizam-se no Atlântico Central e são caracterizadas por um clima árido que enquadra a sucessão de secas escarpas e, em determinadas zonas do território, longos areais. Compreender historicamente a semântica patrimonial em Cabo Verde implica o reconhecimento da gradual ocupação do território desde o século XV e da lenta formação desta identidade crioula, forjada no encontro forçado entre escravizados trazidos do continente africano e europeus, nomeadamente portugueses, neste árido arquipélago dantes desabitado (Batalha / Carling, 2008: 14). Mais que crioula, a identidade cabo-verdiana é, hoje, transnacional, resultado da cultura de migração que há muito distingue esta multifacetada experiência identitária e que se traduz na vasta diáspora cabo-verdiana e em sua nostálgica relação com as ilhas e sua cultura. Esta mesma diáspora é também um agente político fundamental da difusão da semântica patrimonial para além das fronteiras do país (Sieber, 2005; Miguel / Sardo, 2014), uma vez que a produção e a manifestação da cultura são inerentes aos próprios fluxos que compõem o corpo deste “arquipélago transnacional” (Batalha

/ Carling, 2008) e que as atividades dos muitos núcleos diaspóricos impactam o imaginário ligado às ilhas.

Contendas acerca da identidade cabo-verdiana e de sua vinculação aos elementos africano e europeu, bem como relativas à precedência do nacionalismo à estrutura estatal não são recentes: resgatada no âmbito da luta de libertação nacional e comumente associada ao movimento cultural, político e literário “Geração de 50”, a influência africana na formação da cultura cabo-verdiana foi silenciada durante a ocupação colonial e, em certa medida, pelas próprias elites intelectuais oriundas do arquipélago (Vale de Almeida, 2005: 42-44). Enquadrados numa lógica regionalista e, posteriormente, numa retórica luso-tropical, movimentos literários e culturais prévios, como “Claridade” e “Nativismo”, contudo, e apesar de não centrados no descortinamento da situação colonial, fomentaram o nascimento da retórica identitária por meio da textualização da experiência da cabo-verdianidade com base no enaltecimento da figura do mestiço e na singularização da cultura local: da língua à gastronomia, da tradição oral às secas, do homem ao meio (Hopffer Almada, 2020; Madeira, 2018; Anjos, 2006).

A dominação colonial, apesar de frequentemente apontada, por razões lógicas, como altura em que as iniciativas voltadas para a cultura e, no caso aqui analisado, para a preservação de bens culturais, foram praticamente inexistentes (Freire, 1993; Martins, 2011; Gouveia, 2013), foi imprescindível para a própria construção desta retórica identitária de singularidade e para as práticas institucionais estabelecidas pelo país. Sintetizar a emergência da nação e do Estado passa, portanto, pela observação dos contornos históricos e sociais que envolvem o arquipélago, assim como pela análise das narrativas de gênese identitária que as elites culturais e administrativas veicularam ao longo dos séculos e que estão altamente fundamentadas em símbolos múltiplos, hoje condensados sob a alçada do termo “tradison di tera”. Deste movimento pendular de identificação com as raízes europeias e africanas construiu-se não só parte do universo simbólico cabo-verdiano, este irredutível às raízes culturais que o moldaram, mas também o *modus operandi* da política externa do país e de sua governança interna, ambos marcados pela construção de uma identidade nacional ligada a elementos e símbolos diversos, dentre os quais o doravante analisado.

Componente incontornável dos muitos fragmentos que se dispõem à caracterização da vivência cabo-verdiana, o mar não figurou, ao longo do tempo, apenas

como objeto artístico, horizonte físico ou fronteira política: o mar é amálgama, é palco tanto dos fluxos que caracterizam tal experiência sociocultural, como base fundamental de sua essencialização. Para uma terra cujas fronteiras contemporâneas tornaram-se praticamente ficcionais, dada a vastidão da diáspora, o mar permanece como um horizonte representacional a partir do qual a legitimidade simbólica da cultura é expressa e o imaginário local, fortificado (Gale, 2011: 94). No caso do arquipélago, pensar o mar é refletir, portanto, acerca de limites físicos e horizontes do imaginário: hoje patrimônio cultural, outrora objeto poético, rota de comércio, da migração e da consolidação da cabo-verdianidade (Mourão, 1988:61). Mais que costeiro, o imaginário do arquipélago é marcado pela insularidade, enquanto fenômeno metafísico e metacultural (Conkling, 2007: 200), fator que faz do mar um alicerce identitário que, curiosamente, alimenta tanto a retórica do enraizamento na árida terra quanto a cultura da migração. Preterível ao aprofundamento da conceitualização de “islandness”³, contudo, é, aqui, a observação da conexão entre a insularidade e o mar enquanto elemento simbólico, sendo a primeira considerada por sua visceralidade na composição da identidade cabo-verdiana (Vannini / Taggart, 2013) e o segundo, com base em sua carga emblemática, por vezes até metafórica, e política.

Tamanha a força figurativa do mar e de seus desdobramentos na vivência humana, o mesmo não se restringe à categorização de patrimônio natural, por exemplo, sendo por isso a ótica aqui explorada a de sua interpretação também enquanto patrimônio cultural. Refletir acerca de símbolos, é refletir sobre política e por isso se observa a dimensão institucional desta categorização do mar: não que a política (potencialmente em sua melhor versão) não tome corpo nas esquinas do cotidiano, porém, considerada a complexidade do regime e da semântica patrimonial, o recorte analítico selecionado potencializa uma compreensão histórica do mar enquanto símbolo cabo-verdiano composto – também e não só – no seio da institucionalidade, que começa com movimentos intelectuais e artísticos e desponta

³ Relativamente ao conceito, o mesmo é aqui explorado em concordância com os contributos explorados por Philip Conkling (2007: 191): “a metaphysical sensation that derives from the heightened experience that accompanies physical isolation. [...]. Islandness is a sense that is absorbed by islanders through the obstinate and tenacious hold of island communities”. [Uma sensação metafísica derivada da experiência intensificada que acompanha o isolamento físico. [...] *Islandness* é um sentimento absorvido pelos ilhéus por meio do obstinado e tenaz vínculo das comunidades insulares. Tradução minha].

nas agendas governamentais do pós-independência. De que mar falamos? Para além das correntes que movem os muitos km² que compõem o mar territorial cabo-verdiano, a partir de que instrumentalizações este elemento ganha novas interpretações e usos? De que forma, no contexto geopolítico contemporâneo, no qual a patrimonialização é ferramenta substancial para as agendas da cultura, da economia e do turismo, o mar é interpretado? As veredas aqui exploradas enquadram-se em investigação doutoral mais abrangente e são resultado de um longo exercício etnográfico nas Ilhas de Santiago e São Vicente, exercício este que se deu nas secas ribeiras, no acompanhamento da chegada do peixe no início da manhã e no balanço dos “hiaces”⁴, mas também nos corredores do “Instituto do Património Cultural de Cabo Verde”⁵ (doravante IPC-CV) na Cidade da Praia e nas longas conversas com ilhéus que não só refletem acerca do mar, mas o vivem.

Horizonte ou fronteira? O mar e o imaginário crioulo

Pautada, a partir do século XIX, pelos esforços da elite cultural e administrativa, a afirmação da identidade cabo-verdiana foi temática recorrente na produção artística das mesmas e, também, ferramenta política imprescindível para o seu posicionamento no quadro social da exploração colonial e do Império Ultramarino. Nesta construção de um lirismo cabo-verdiano enraizado nas peculiaridades da terra e, a partir de certa altura histórica, distante do cânone português, o mar assumiu diversificadas roupagens metafóricas: de mediador a deus mitológico, como bem apontado pela investigadora Carmen Secco (1997: 42), de horizonte da resistência à rota de fuga. Vasco Martins (1988: 81) frisa a constância e o mistério deste elemento, que “evoca quase sempre uma coisa desconhecida, misteriosa e dramática”. Inúmeras são as reflexões centralizadas na poética da insularidade e na análise do mar enquanto elemento fulcral da literatura cabo-verdiana (Luz, 2020), assim como em sua importância na composição das mornas⁶ e na construção deste universo simbólico crioulo e de suas rotas pelo Atlântico.

⁴ Em Cabo Verde, o transporte entre localidades nas diferentes ilhas é feito pelos Hiaces, termo homônimo à categoria do veículo comumente utilizado para tal.

⁵ Informações disponíveis em: <https://ipc.cv/>.

⁶ Género musical cabo-verdiano.

Genivaldo Sobrinho (2010: 113), ao analisar a obra de Eugénio Tavares, sintetiza o mar enquanto “caminho que leva o cabo-verdiano para outras paragens e que permite à sociedade de Cabo Verde sustentar um olhar direto com o mundo exterior”, contudo, nesta balança de horizonte e fronteira, o mesmo é também sustento e inspiração alegórica do desconhecido, do mitológico, do sobrenatural. Anteriores à produção literária e estética das elites culturais locais são, por exemplo, os registros da literatura tradicional, para a qual o mar foi recurso da oralição da experiência cotidiana, de seus mistérios e do testemunho inter-geracional de diversas camadas sociais. Comprometido em descortinar a formação das metáforas aquáticas – dentre as quais as marítimas – Bachelard (1997: 159) aponta para esta visceralidade limítrofe entre o onírico e o prático, entre o cotidiano e o fantástico:

o mar propicia contos antes de propiciar sonhos. [...] Sem dúvida os contos acabam por juntar-se aos sonhos; os sonhos acabam por alimentar-se dos contos. [...] O mar é fabuloso porque se exprime primeiro pelos lábios do viajante da mais longínqua viagem; o herói dos mares sempre volta de longe, volta de um além; nunca fala da costa.

O longe, para o cabo-verdiano, não representa apenas as distâncias físicas e os limites geográficos, uma vez que dialoga com a cultura da migração, o ir e vir, a terra e a “tera-lonji”⁷. Do pulsante viver das docas e da calma contemplação do horizonte nas zonas rurais é que emergem não só o imaginário crioulo, como também as interpretações metafóricas do mar. O que o poeta Jorge Barbosa (1941: s/p) descreve como “o drama do Mar, o desassossego do Mar”⁸ coloca tal elemento na turva fronteira entre limite e horizonte, entre o sonho e a realidade. Este constante retorno ao meio, ou seja, ao mar, à aridez e ao cotidiano das ilhas, é observável fora da esfera literária, estando presente também nas artes plásticas, no teatro e na produção cinematográfica do arquipélago e da diáspora.

⁷ Em língua cabo-verdiana, a expressão designa a “terra distante”, longe das ilhas. Tradução minha.

⁸ Referência retirada do volume *Ambiente*, publicado em 1941 e consultado na Biblioteca Nacional de Cabo Verde (Praia, Santiago).

Limiar e paradoxal é, ainda, a balança entre o excesso de água salgada em contraponto à escassez das chuvas e à aridez do solo no qual o cultivo, exceto em determinadas zonas, torna-se tarefa hercúlea. Dos esforços dos ilhéus para adaptarem-se às potencialidades de seu meio não emergem apenas símbolos, mas também resistência. Política e cultural. O mar foi palco do transporte de escravizados e de navios baleeiros, rota para a migração forçada de cabo-verdianos para as roças de cacau em São Tomé e Príncipe e também *locus* do desenvolvimento de técnicas piscatórias. Foi inspiração para contos, arquétipos e personagens pertencentes ao imaginário tradicional e trilho das idas e vindas que concretizaram e construíram a história do arquipélago e de seus habitantes. Na luta pela independência, emerge como um elemento de vínculo à terra, de enaltecimento do que é verdadeiramente cabo-verdiano – e não há nada mais cabo-verdiano que o horizonte e sua proximidade com o continente africano. Retorno brevemente ao imbróglio da precedência da nação em Cabo Verde com relação ao Estado, Estado, este que é moldado à luz do imaginário coletivo e de uma identidade fortemente marcada pela influência do meio na experiência cultural e cotidiana. Por isso, na política, a previamente descrita dimensão simbólica do mar, profundamente vinculada à identidade crioula, permitiu que este elemento, ao longo da história, fosse transformado em ferramenta de inserção, de projeção da economia insular e em autêntico patrimônio.

Cabo Verde e o patrimônio cultural: o mar enquanto objeto e a agenda contemporânea

Revisitado por Martins (2011) e Freire (1993), o percurso da salvaguarda patrimonial em Cabo Verde ganha projeção a partir da Independência Nacional, em 1975. Poucas são as iniciativas prévias ao marco histórico, estando a maioria elencada dentre as políticas desenvolvidas pelo Governo de Transição (1974-1975), fortemente orientado pela dinamização e promoção da cultura cabo-verdiana. Ao longo da I República e, principalmente após a ratificação da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO, 1972), diversas iniciativas políticas passam a ser implementadas relativamente à consolidação de um aparato estatal e legislativo referente à salvaguarda do patrimônio. O embrião do atual IPC-CV, por exemplo, data desta altura histórica

e vincula-se à criação da Direcção-Geral do Património Cultural, em 1978. Embora no domínio do património natural poucas ações possam ser consideradas expressivas, na área da cultura, a tutela patrimonial e a valorização do imaginário cabo-verdiano ditavam a agenda governamental. Este período comporta, ainda, o embrião da inserção cabo-verdiana no sistema internacional, direcionada pela cooperação multilateral e pela construção de uma retórica da boa governança (Baker, 2009), estratégias imprescindíveis para um país insular de poucos recursos. Não surpreende, portanto, que, com o passar das décadas, a cultura tenha ocupado um lugar dinamizador e despontado como pilar do desenvolvimento e ferramenta econômica.

À luz da II.ª República, inaugurada na década de noventa e caracterizada, dentre outros fatores, pelo multipartidarismo⁹, observa-se uma “reestruturação profunda do setor da Cultura em Cabo Verde” (Queirós, 2018: 281). Para além de alterações institucionais, entra em vigor a Lei n.º102/III/90 de 29 de dezembro, orientada para a salvaguarda patrimonial e muito semelhante à então legislação análoga portuguesa. A primeira foi revista e substituída, em 2020, pelo *Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património*¹⁰. Apesar de uma revisão aprofundada do histórico institucional da salvaguarda patrimonial no arquipélago ser aqui inexequível, algumas de suas etapas são incontornáveis para a contextualização da análise desenvolvida, principalmente se considerada a centralidade de iniciativas e retóricas identitárias vinculadas ao mar no âmbito da patrimonialização cultural de bens intangíveis. A partir dos anos noventa, a agenda cultural do arquipélago passa a estar não apenas voltada para a consolidação do imaginário simbólico cabo-verdiano e crioulo ou para a dinamização artística, mas também para a sua inserção no sistema internacional por meio da ratificação

⁹ A independência cabo-verdiana foi, até certa etapa, um projeto de libertação binacional orientado para Cabo Verde e Guiné-Bissau pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Este último foi substituído, após cisões e dissidências políticas relativas à unificação dos dois países, pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que governou o arquipélago em regime monopartidário até a inauguração da II República (Lopes, 1997).

¹⁰ Aprovado pela Lei n.º 85/IX/2020.

de documentos e da cooperação com diferentes atores na consolidação da retórica da salvaguarda patrimonial.

A princípio, como relatado pelo historiador Carlos Carvalho em entrevista e comprovado na consulta aos arquivos institucionais, os esforços governamentais estiveram mais voltados para a salvaguarda do patrimônio cultural edificado, nomeadamente para a cooperação em projetos de reabilitação de monumentos, bem como para o patrimônio natural, por meio da identificação e proteção de espécies e ecossistemas, que resultou na criação de parques e reservas naturais. Neste âmbito, o mar figurou, quase sempre, como meio. A aparente falta de centralidade simbólica neste regime explica-se pela lógica do desenvolvimento comunitário que o rege: da conjugação entre preservação e participação comunitária, emerge uma lógica de salvaguarda voltada para a criação de oportunidades e de um aparato ecoturístico no qual o mar não representa, necessariamente, a única profícua esfera de ação. Esta lógica, por sua vez, relaciona-se à vasta extensão das águas territoriais cabo-verdianas, cuja proteção implica imensos recursos financeiros e técnicos, bem como à agenda do desenvolvimento, fortemente pautada pelo turismo. Isto não significa, entretanto, que no seio da salvaguarda do patrimônio natural, o mar não seja uma problemática recorrente e que suas dimensões prática e simbólica não exerçam influência. Contudo, e dada sua relevância emblemática para a identidade e vivência cabo-verdianas, o mesmo ganha proeminência em outros nichos do regime patrimonial, nomeadamente os da salvaguarda do patrimônio cultural subaquático e imaterial.

Oportuna é a clarificação de que, partindo de uma perspectiva crítica dos Estudos do Patrimônio, a cristalização de fronteiras entre categorias patrimoniais é aqui vista com certa descrença, uma vez que os tipos de patrimônio dialogam e sobrepõem-se, estando o material indissociável do imaterial, bem como o natural do cultural. É justamente desta sobreposição que emerge o destaque do mar no universo cultural e simbólico, fator que se traduz em projetos como o Museu do Mar, localizado em São Vicente, e o Margullar¹¹, atualmente em sua segunda etapa e voltado para a preservação do ambiente e gestão eficiente de recursos. O último, para além da inventariação e salvaguarda do patrimônio cultural subaquático, conjuga a relevância simbólica, histórica e identitária do mar

¹¹ Informações disponíveis em: <http://margullar.com/>.

à promoção do Turismo no arquipélago. A agenda patrimonial do país relaciona-se diretamente ao imaginário cabo-verdiano e a adaptação deste tem vínculo dialético com as práticas políticas implementadas na primeira: neste turbilhão, o mar foge à caracterização oscilante entre fronteira e horizonte para transformar-se num patrimônio cultural e natural que, para além de abarcar muito da cultura local, encerra em si próprio a estruturação da narrativa identitária cabo-verdiana e a experiência cotidiana das ilhas. De tanta materialidade, o mar atinge o máximo de sua intangibilidade à medida que dispositivos legais e institucionais convergem para agendas identitárias e de salvaguarda num mundo cada vez mais transnacional e globalizado.

A ratificação tanto da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003) quanto da *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático* (UNESCO, 2001) por parte do arquipélago datam, respectivamente, de 2016 e 2019, apesar de os esforços de proteção em ambas as frentes serem precedentes. A articulação cabo-verdiana nos regimes políticos correspondentes, para além da agenda doméstica, fundamenta-se na diversificação de parcerias, principalmente com órgãos como a própria UNESCO, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, ainda, a Macaronésia. Esta diversificação ampliou-se com o alastramento da retórica da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (doravante PCI), em que aspectos comunitários, discursivos e identitários passaram a estar fortemente relacionados ao desenvolvimento econômico sustentável e à política cultural. Por isso, a ratificação da “Convenção de 2003” tem um impacto direto na agenda patrimonial do país, mas, também, em fatores políticos e econômicos mais abrangentes como, por exemplo, a integração regional, a narrativa identitária nacional e o fomento às indústrias criativa e do turismo.

No domínio subaquático, padrão semelhante se afigura: a integração do país em projetos como a Cátedra UNESCO Patrimônio Cultural dos Oceanos (Universidade Nova de Lisboa)¹², e nos subsidiários CONCHA¹³ e Patrimônio

¹² Informações disponíveis em: <https://cham.fcsh.unl.pt/catedra/index.html>.

¹³ Referência do projeto: H2020 – MSCA-RISE-2017 CONCHA PROJECT n.º 777998.

Cultural na Macaronésia (CHAM-FCT)¹⁴, são exemplificativos desta lógica dual voltada para a conservação do mar cabo-verdiano enquanto exercício de defesa territorial e ecológica, mas, também, de proteção do que se consideram como paisagens e memórias atlânticas. O domínio das narrativas e versões do passado é uma preocupação no seio destes regimes, que versam sobre objetos, fluxos e bens intangíveis vinculados ao colonialismo e suas rotas, à estruturação pós-colonial e ao consolidado capitalismo globalizado. O mar transforma-se, portanto, em recurso primordial para o resgate identitário e a inserção política de determinadas localidades, nomeadamente as insulares, assim como para o seu desenvolvimento econômico e para o questionamento do *status quo* internacional.

Para além de central na solidificação da identidade cabo-verdiana, o objeto em análise moldou específicos modos de vida nas ilhas, da pesca à gastronomia, da tradição oral à medicina tradicional; fator que faz com que a história do mar seja parte fundamental da própria história do arquipélago, da exploração dos recursos naturais e do comércio. A pesca tradicional é um exemplo de PCI identificado e salvaguardado pelo IPC-CV e pelas comunidades da Ribeira Grande, na Ilha de Santiago, definido como “atividade realizada pelos pescadores, utilizando materiais tradicionais, em botes com dois remos, sem motores de popa” (IPC-CV, 2020: 78). Despontando como elo entre as dimensões política, legal e sociocultural, a pesca tradicional elevada à categoria de PCI revela novas interpretações dos oceanos enquanto ferramenta de governança e de inserção comunitária, *locus* primário da circulação de diferentes práticas culturais potencialmente patrimonializáveis e, por fim, elemento fundamental para as negociações comerciais contemporâneas, tendencialmente pautadas pela problemática da sustentabilidade.

¹⁴ Informações disponíveis em: <https://patrimonioculturalnamacaronesia.pt>.



Figura 1 – Desembarque do atum na Ribeira da Prata, Santiago. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outro exemplo curioso de seus usos simbólicos é a menção do mar e dos desdobramentos da insularidade para a sociedade e cultura do arquipélago como uma das temáticas fundamentais na composição de Mornas, gênero musical e performático elevado a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2019. No âmbito do Museu do Mar, a importância dos fluxos diaspóricos é incontornável: relatos e memórias da embarcação de cabo-verdianos em baleeiros no século XVIII são revisitados, assim como fragmentos múltiplos da narrativa simbólica que coloca o oceano no epicentro da vivência local. O museu em questão, renovado e reaberto em parceria com o projeto Margullar²¹⁵ em 2023, explora de maneira profícua as conexões entre mar enquanto PCI, patrimônio natural e, ainda, horizonte simbólico do arquipélago. Recuperando o mar no seio da literatura e na formação da identidade nacional, a proposta museológica está voltada para a releitura de práticas tradicionais em concordância com as agendas patrimonial, turística, cultural e de desenvolvimento.

A mesma lógica circunda o Museu da Arqueologia (Santiago) e o mais recente projeto do Núcleo da Arqueologia (Boa Vista), ambos ancorados na retórica da importância patrimonial do mar para o desenvolvimento do país e para a aproximação de Cabo Verde a outras paragens atlânticas. Enquanto o Museu do Mar reabriu, dentre outras atividades, com a exposição “Cabo Verde nas rotas do Atlântico: Um olhar através da arqueologia”, o Núcleo de Arqueologia da Boa Vista retrata com maior ênfase fluxos e naufrágios representativos do papel estratégico da ilha e do arquipélago em diferentes alturas históricas, da escravidão às rotas comerciais atlânticas. Este tipo de iniciativas não ignora, ainda, os contextos insulares específicos, como frisam Brito *et. al.* (2018: 36):

It is also necessary to remember that each port, integrated in a specific insular context, generated given dynamics and responded – or not – with different rhythms to the waves of global history [...]¹⁶.

Além das especificidades de cada ilha e das dinâmicas locais, a instrumentalização do mar permite a integração do mesmo, e dos bens e práticas culturais que

¹⁵ Informações disponíveis em: <http://margullar.com/>.

¹⁶ [É necessário relembrar que cada porto, integrado em contextos insulares específicos, gerou determinadas dinâmicas e respondeu – ou não – com diferentes ritmos às ondas da história global [...]. [Tradução minha].

encerra, na ampla semântica do regime internacional de salvaguarda, posicionamento-chave na política transnacional contemporânea. Dos usos e interpretações aqui abordados, depreende-se que não só “a consciência da insularidade provoca e presentifica a tematização do mar” (Leite, 1998: 69), como o mesmo, para além sua óbvia dimensão natural, é revestido de uma carga simbólica irreduzível, fator que o promove como importante aliado para diversificadas agendas. Assim, a nível institucional, o mar em Cabo Verde é hoje um patrimônio cultural, agente e objeto da construção de narrativas identitárias e da criação de laços comunitários, bem como da conscientização da sustentabilidade e da preservação ambiental.

No plano econômico, tanto a cultura quanto o regime patrimonial representam relevantes ativos de inserção internacional do arquipélago, além de reais trilhos de subsistência para uma economia insular, nomeadamente por meio do turismo e da pesca. As problemáticas que envolvem a intrincada relação entre patrimônio, turismo e economia, todavia (Bendix, 2008) não são aqui desconsideradas, muito menos a lógica ocidental e burocrática que rege os regimes de salvaguarda. O enquadramento do mar enquanto patrimônio cultural institucionalmente tutelado suscita questões de ordem abrangente, como a sua indissociabilidade de processos como a seleção simbólica da tradição e a mercantilização da cultura, e inquietações de ordem mais específica, como a reação pós-colonial ao *status quo*, o papel da diáspora e de seus fluxos transnacionais em regimes políticos contemporâneos, a crônica falta de recursos do país e suas potencialidades de gestão e governança.

O mar enquanto “nos tradison” revela um novo enquadramento, fortemente pautado por narrativas históricas e identitárias legitimadoras da “segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett, 1995) deste elemento que, ademais de ambiente, figura como componente simbólica e instrumento da agenda política. Esta visão contemporânea e sua relação com a imaterialidade e a arqueologia subaquática permitem um descortinamento das rotas e vivências do Atlântico na modernidade e, acima de tudo, a construção de novos olhares sobre o passado e a agencialidade de diferentes grupos no presente. Dadas as complexidades da lógica patrimonial e do financiamento de projetos de salvaguarda, a tensão entre horizonte e fronteira permanece central à análise da patrimonialidade das águas cabo-verdianas (Mourão, 88:62), uma vez que o valor simbólico do mar é indissociável de sua valoração no seio de agendas políticas mais abrangentes cujo impacto na vida comunitária torna plausíveis os seguintes questionamentos: que vozes contam as histórias do mar cabo-verdiano, com que intuito e para quem?

Bibliografia

- Anjos, José Carlos Gomes dos (2006), *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Porto Alegre, UFRGS Editora.
- Bachelard, Gaston (1997). *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*, trad. Antônio de Pádua Danesi, São Paulo, Martins Fontes [1942].
- Baker, Bruce (2009), "Cape Verde: Marketing Good Governance", *Africa Spectrum*, 44, 2, 135-147.
- Barbosa, Jorge (1941), *Ambiente, Praia, Minerva de Cabo Verde*.
- Batalha, Luís / Carling, Jørgen (2008), "Cape Verdean Migration and Diaspora", in Luís Batalha / Jørgen Carling (eds.), *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp. 13-31.
- Bendix, Regina (2008), "Heritage between economy and politics: An assessment from the perspective of cultural anthropology, in Laurajane Smith / Natsuko Akagawa (eds.), *Intangible Heritage*, Londres, Routledge, pp. 253-269.
- Brito, Cristina / Carvalho, Patricia / Garcia, Ana Catarina / Vieira, Nina / Bettencourt, João / Oliveira e Costa, João Paulo (2018), "The UNESCO Chair on the Ocean's Cultural Heritage: A brief note on ocean history, science and literacy", in Ana Cristina Roque / Davis Pereira de Paula / João Alveirinho Dias / Luiz Antônio A. Gonçalves / Luís Cancela da Fonseca / Maria Antonieta C. Rodrigues / Raimundo E. P. Junior / Silvia Pereira (eds.), *Mares e Litorais: Perspetivas transdisciplinares – Tomo VII da Rede BRASPOR*, Rio de Janeiro, Editora UERJ, pp. 31-44.
- Freire, Verónica dos Reis (1993), "A experiência Cabo-Verdiana no domínio do património", *Africana*, 1, pp. 65-73.
- Gale, Ana Maria Martinho (2011), *The Protean Web. Literature and Ethnography in Lusophone Africa*, Lisboa, Edições Colibri.
- Gouveia, Henrique (2013), "Museus de Cabo Verde – continuidade e inovação", *Anais do Museu Paulista*, 21, pp. 63-76.
- Hopffer Almada, David (2020), *A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*, Praia, Livraria Pedro Cardoso.
- Instituto do Património Cultural (2020), *Catálogo do Inventário do Património Cultural Imaterial – Concelho de Ribeira Grande de Santiago*, Praia, Instituto do Património Cultural.
- Leite, Ana Mafalda (1998), *Oralidades & Escritas nas Literaturas Africanas*, Lisboa, Edições Colibri.

- Lopes, José Vicente (1997), *Cabo Verde: Os Bastidores da Independência*, Praia: Spleen Edições.
- Luz, Hilarino (2020), “O mar na poesia de Ruy Duarte de Carvalho, Jorge Barbosa e na obra Os Pescadores de Raul Brandão”, in António M. Ferreira / Carlos Morais / Rosa L. Coimbra / Maria Fernanda Brasete (eds.), *Pelos Mares da Literatura em Português*, Berlim, Peter Lang, pp. 173-184.
- Madeira, João Paulo (2018), *Nação e Identidade – A singularidade de Cabo Verde*, Praia, Livraria Pedro Cardoso.
- Martins, Vasco (1988), *A música tradicional Cabo-verdiana – I: (a morna)*, Praia, Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco.
- República de Cabo Verde (1990), Lei n.º102/III/90 de 29 de dezembro. [Consultado no arquivo físico do IPC-CV, em 03/10/2021].

Webgrafia

- Conkling, Philip (2007), On Islanders and Islandness, *Geographical Review*, 97, 2: 191-201, disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/19310846/2007/97/2>, consultado em 23/09/2023.
- Kirshenblatt-Gimblett, Barbara (2004), “Intangible Heritage as Metacultural Production”, *Museum International*, LVI, 1-2: 52-65, disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135858/PDF/135852eng.pdf.multi.nameddest=135858>, consultado em 01/10/2023.
- Martins, António F. (2011), *Legislação sobre a defesa do Património em Cabo Verde (1975-2005)*, Dissertação de Mestrado em Património e Desenvolvimento, disponível em https://www.academia.edu/35702529/TESE_LEGISLA%C3%87%C3%83O_SOBRE_PATRIMONIO_CV_pdf, consultado em 02/10/2023.
- Miguel, Ana Flávia / Sardo, Susana (2014), “Classificar o património (re)classificando as identidades. A inscrição do Kola San Jon na lista portuguesa do PCI”, e-cadernos CES, 21: 52-75, disponível em <https://journals.openedition.org/eces/1756>, consultado em 05/10/2023.
- Mourão, Fernando Augusto Albuquerque (1988), Elementos do processo da identidade caboverdiana, *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, 11, 1: 61-72, disponível em <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/95974>, consultado em 23/09/2023.

- Queirós, Carla (2018), Património Cultural Imaterial: Políticas patrimoniais, agentes e organizações. O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal, Tese de Doutoramento em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/61279>, consultado em 02/10/2023.
- República de Cabo Verde (2020), Lei n.º 85/IX/2020 de 20 de abril, disponível em <https://covid19.cv/wp-content/uploads/2020/04/BO-49-RES-63-2020.pdf>, consultado em 02/10/2023.
- Schreiber, Hannah (2017), "Intangible Cultural Heritage and Soft Power – Exploring the Relationship", IJIH – International Journal of Intangible Heritage, 12: 44-57, disponível em <https://www.ijih.org/volumes/article/663>, consultado em 09/10/2023.
- Secco, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro (1997), Mar, memória e metapoesia na lírica cabo-verdiana, Cerrados – Revista do Curso de Pós-Graduação em Literatura, 6, 6: 41-50, disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/864>, consultado em 21/09/2023.
- Sieber, Timothy (2005), "Popular music and cultural identity in the Cape Verdean post-Colonial diaspora", Etnográfica, 9, 1: 123-148, disponível em <https://journals.openedition.org/etnografica/2952?lang=en>, consultado em 23/09/2023.
- Sobrinho, Genivaldo R. (2010), Eugénio Tavares: retratos de Cabo Verde em prosa e poesia, Dissertação de Doutoramento em Estudos Comparados de Literaturas em Língua Portuguesa, disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-28092010-152302/publico/2010_GenivaldoRodriguesSobrinho.pdf, consultado em 02/10/2023.
- UNESCO (1972), Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, consultado em 02/10/2023.
- UNESCO (2001), Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, disponível em <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/43%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20patrim%C3%B3nio%20subaqu%C3%A1tico%20-%20UNESCO%202001.pdf>, consultado em 02/10/2023.
- UNESCO (2003), Convenção Para Salvaguarda do Património Imaterial, disponível em: <http://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, consultado em 27/09/2023.
- Vale de Almeida, Miguel (2005), "Crioulização e fantasmagoria", Anuário Antropológico, 30, 1: 33-49, disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6918>, consultado em 12/09/2023.

Vannini, Phillip / Taggart, Jonathan (2013), Doing islandness: a non-representational approach to an island's sense of place, *Cultural Geographies*, 20, 2, 225-242, disponível em <https://www.jstor.org/stable/44289605>, consultado em 21/09/2023.

Websites

Cátedra da UNESCO "O património cultural dos oceanos", disponível em <https://cham.fcsh.unl.pt/catedra-unesco.php>, consultado em 28/09/2023.

IPC-CV, disponível em <https://ipc.cv/>, consultado em 01/10/2023.

Margullar, disponível em <http://margullar.com/>, consultado em 28/09/2023.

Património Cultural da Macaronésia, disponível em <https://patrimonioculturalnamacaronesia.pt/>, consultado em 01/10/2023.